

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 23 de janeiro de 2024 às 08h04*  
*Seleção de Notícias*

## Época Negócios - Online | BR

Marco regulatório | INPI

**Indústria farmacêutica pede redução do prazo para registro de patentes** ..... 3  
MUNDO | ESTADÃO

## Correio Braziliense - Online | BR

23 de janeiro de 2024 | Marco regulatório | INPI

**Artigo: O caminho para uma indústria farmacêutica estratégica** ..... 4  
OPINIÃO

## G1 - Globo | BR

Pirataria

**Por que dubladores brasileiros protestam por regulamentação da inteligência artificial?** ..... 6  
POP & ARTE | G1

## Convergência Digital | BR

Marco regulatório | INPI

**Compras públicas e nova lei de licitações têm papel central na Nova Indústria Brasil** ..... 8  
CONVERGENCIADIGITAL

## Jota Info | DF

Patentes

**O que prevê o plano Nova Indústria Brasil do governo federal** ..... 10  
CÁSSIO CASAGRANDE | GRASIELLE CASTRO | CAROLINA INGIZZA | CONRADO TRISTÃO

## Migalhas | BR

Desenho Industrial

**MercadoLivre é reconhecida a melhor empresa no combate à pirataria** ..... 11

# Indústria farmacêutica pede redução do prazo para registro de patentes

MUNDO



Pílulas, remédio - Foto: Uma das áreas contempladas no texto da política pública Nova Indústria Brasil, o setor de inovação em saúde afirma que a redução do tempo de análise para **registro** de patentes é essencial para atrair mais inovação e investimentos para o país.

"Os tempos de análise e **concessão** de patentes variam bastante entre os setores tecnológicos, com as patentes biofarmacêuticas historicamente enfrentando os maiores prazos do **INPI**", diz o presidente-executivo da **Associação** da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (**Interfarma**), Renato Porto.

"Ter um sistema de **propriedade** intelectual forte, equilibrado e em acordo com tratados internacionais fará o Brasil ser mais atrativo para investimentos em inovação em saúde e trará ganhos para a saúde da população."

Durante a apresentação da nova política industrial, o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, defendeu redução do prazo para **registro** de patentes de 6,9 para 2 anos.

Segundo Porto, no setor de saúde é preciso "ter uma regulação sanitária indutiva, que pense no futuro e seja um trampolim para uma melhoria do ambiente econômico e produtivo brasileiro", afirma. "Ministério da Saúde, Anvisa e ANS precisam reforçar seu caráter de cuidado com a saúde e assumir um papel de fomento ao desenvolvimento do Brasil."

Porto diz ainda que, para que o País seja competitivo no setor farmacêutico, a inovação radical é fundamental. "Países que se desenvolveram investiram em pesquisa clínica e em parcerias que juntam a capacidade do país com a expertise da indústria de inovação, gerando assim conhecimento e produtos de alto valor agregado", afirma.

# Artigo: O caminho para uma indústria farmacêutica estratégica

OPINIÃO



», presidente executivo do Grupo FarmaBrasil

» Jairo Aparecido Yamamoto, presidente do Conselho Administrativo do Grupo FarmaBrasil e presidente da Althaia Farmacêutica

O setor farmacêutico reagiu positivamente ao difícil cenário econômico de 2023, confirma a tendência de crescimento, que deverá ficar entre 7% e 10,5%, e encerra o ano em clima de confiança renovada. O país avançou em pautas econômicas cruciais, como o arcabouço fiscal, que limita os gastos públicos, e a Reforma Tributária. As perspectivas para 2024 são animadoras.

Não podemos esquecer que os indicadores econômicos também evoluíram no decorrer de 2023, e a taxa de juros iniciou a curva decrescente, assim como a inflação e o desemprego arrefeceram - movimentos que impactam na atividade econômica. O que se obteve até aqui, mesmo com as imperfeições da PEC que cria o novo sistema de impostos no país, foi de avanço para o setor produtivo brasileiro. Esse avanço não se restringiu apenas à esfera econômica, mas à agenda regulatória e de apoio à inovação brasileira.

A indústria farmacêutica e farmoquímica teve vitória importante envolvendo pesquisas clínicas. A apro-

vação, pela Câmara dos Deputados, do PL 7082/2015, que harmoniza princípios e diretrizes e estabelece regras para a pesquisa clínica com seres humanos, trouxe segurança para pesquisadores e voluntários. A regulamentação tem o potencial de atrair R\$ 3 bilhões de investimentos diretos em ensaios clínicos e movimentar R\$ 5 bilhões de atividade econômica anualmente, além de gerar empregos altamente qualificados, produzir conhecimento e modernizar a infraestrutura. E, acima de tudo, devolver a esperança a milhares de pacientes.

Atualmente, as pesquisas sobre novos medicamentos no Brasil são reguladas somente por resoluções normativas de cunho técnico e ético da **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**) e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde (Conep/CNS), respectivamente, que podem ser alteradas a qualquer momento.

A regulamentação, em vias de ser aprovada pelo Senado, mudará esse cenário ao estabelecer um sistema jurídico seguro, garantir a ética e a proteção a favor do paciente e dar celeridade aos processos de aprovação e execução dos ensaios clínicos, equiparando o Brasil aos padrões dos países com alta atividade de pesquisa, como Estados Unidos, China, França, Espanha, Reino Unido, Alemanha, Canadá, Japão e Austrália. Por isso, não hesitamos em afirmar que estamos diante do marco legal da pesquisa clínica no Brasil e temos a imperdível oportunidade de entrar, definitivamente, para o mapa mundial de inovações farmacêuticas.

Também avançou na Câmara dos Deputados o PLP 143/2019, que proíbe restringir o repasse de verbas para o Instituto Nacional da **Propriedade** Industrial (**INPI**), conferindo autonomia financeira ao órgão. A medida é alinhada ao processo de neoin-

dustrialização proposto pelo governo que caminha para alavancar a economia, a pesquisa, inovação e as novas tecnologias, com vistas a resgatar a competitividade do país no cenário mundial.

Se queremos e precisamos de um **INPI** fortalecido, é preciso que o Estado atue para garantir seu eficiente funcionamento, com previsibilidade financeira e recursos humanos necessários para que a autarquia continue sendo um agente indutor de inovação. E o Congresso Nacional tem tido um importante papel nessa trajetória, mostrando-se favorável à ciência, à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, pilares fundamentais para o crescimento social e econômico da nossa sociedade. Vamos continuar acreditando que o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Executivo caminhem juntos e contribuindo para a construção de uma indústria 4.0.

No Poder Executivo, duas frentes importantes aconteceram em 2023: a recriação do Grupo Executivo do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (GECEIS) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento

Continuação: Artigo: O caminho para uma indústria farmacêutica estratégica

Industrial (CNDI). Em ambos os fóruns, o Grupo FarmaBrasil participa ativamente do debate de uma política industrial que possa levar o Brasil a reduzir sua dependência externa de insumos e medicamentos. O setor é estratégico para o país e deve ter uma política industrial que demonstre essa relevância.

O diálogo entre governos, a indústria farmacêutica e universidades públicas é fundamental. As **transferências** de tecnologia são ferramentas importantes para o desenvolvimento e a produção de medicamentos inovadores em território nacional. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer. Importante que seja definida uma política estratégica de fortalecimento do complexo industrial da saúde, com missões a serem cumpridas por cada parte envolvida no setor público e privado, além da aprovação de medidas importantes no Congresso. São os nossos votos para 2024.

## Por que dubladores brasileiros protestam por regulamentação da inteligência artificial?

POP & ARTE



1 de 1

Os dubladores Wendel Bezerra, Selma Lopes, Gilberto Baroli e Christiane Monteiro em vídeos de apoio ao movimento Dublagem Viva - Foto: Reprodução/Instagram

Dubladores brasileiros criaram um movimento para pedir a regulamentação do uso de inteligência artificial em filmes, séries, jogos de videogame e outras produções audiovisuais.

A preocupação do setor é que artistas humanos sejam substituídos por sistemas capazes de imitar vozes reais, a partir de padrões vocais identificados em registros disponíveis na [internet](#). Um relatório da Universidade de Oxford, publicado em 2013, inclui os dubladores entre profissionais colocados em risco pelo avanço da tecnologia.

"Nosso interesse não é proibir nenhuma evolução tecnológica, queremos apenas garantir que o que é apenas uma ferramenta de criação não passe a ser entendido como o nosso criador", diz um manifesto da campanha Dublagem Viva.

O movimento tem o apoio de Wendel Bezerra, voz em português do personagem Goku de "Dragon Ball", Gilberto Baroli, o Saga de "Os Cavaleiros do Zodíaco", Selma Lopes, a Maggie Simpson, Christiane

Monteiro, a Lindinha de "As Meninas Superpoderosas", entre outros nomes da dublagem brasileira.

Uma petição liderada pela United Voice Artists, grupo global de associações de dublagem, já reuniu mais de 50 mil assinaturas para impedir a substituição de dubladores humanos por robôs.

Os limites para o uso de inteligência artificial em produções audiovisuais são alvo de debate no mundo inteiro, e foram um dos pontos-chave da greve dos atores de Hollywood, que durou quase quatro meses em 2023.

Os estúdios vêm experimentando a IA nos últimos anos, seja trazendo de volta estrelas de cinema que já morreram, com o uso de "réplicas digitais" realistas, seja criando figurantes gerados por computador para reduzir o número de atores necessários para as cenas de batalha.

Segundo o Sindicato dos Atores, o acordo firmado ao fim da greve não bloqueia o uso de IA, mas garante aos artistas compensações justas e o direito ao consentimento para ter suas imagens reproduzidas ou alteradas por computador.

O que querem os dubladores? No Brasil, o movimento Dublagem Viva pede que também sejam determinadas regras para "equilibrar os avanços tecnológicos com a preservação de empregos e garantir a qualidade da dublagem".

A campanha destaca que é função dos artistas vocais dar autenticidade à versão dublada das produções e

Continuação: Por que dubladores brasileiros protestam por regulamentação da inteligência artificial?

adaptar os personagens à cultura e ao contexto de cada país.

"Quando você assiste a um filme, você não vê toda a vida que foi colocada dentro do estúdio", diz Wendel Bezerra, voz do Goku, em vídeo sobre a campanha publicado nas redes sociais.

"A gente quebra a cabeça e coloca nossa inteligência natural para saber como comunicar da melhor forma. Para fazer isso, são necessárias sensibilidade e percepção artística." Entre os limites para o uso de inteligência artificial reivindicados pelos dubladores, estão:

Que a IA não seja usada para reproduzir vozes de atores em outros idiomas para o português, com a finalidade de substituir os dubladores; Que o uso de IA na dublagem esteja em conformidade com as leis de **direitos** autorais, os contratos de trabalho e os acordos estabelecidos com os detentores dos di-

reitos; Que a IA não seja usada para promover ou perpetuar estereótipos, discriminação racial, étnica, de gênero ou qualquer forma de discriminação e preconceito; Que a regulamentação seja elaborada de forma abrangente e consulte todos os envolvidos no setor, incluindo profissionais da dublagem, estúdios de produção, detentores de **direitos** autorais, especialistas e sociedade civil. O manifesto do movimento pede que as ferramentas de IA sejam usadas apenas para auxiliar e aprimorar os processos em produções audiovisuais. "A IA pode ajudar no combate à **pirataria** de conteúdo, ao fornecer mecanismos mais eficazes para detectar e bloquear reproduções ilegais, além de criar ferramentas de reconhecimento de voz e análise de conteúdo para identificar tentativas de uso não autorizado de material dublado", sugere o texto.

"É essencial preservar a expressão vocal, emoção e interpretação artística que os profissionais trazem para o processo de dublagem. A tecnologia deve ser vista como uma ferramenta complementar, não como um substituto."

## Compras públicas e nova lei de licitações têm papel central na Nova Indústria Brasil



O governo Luiz Inácio Lula da Silva anunciou nesta segunda-feira, 22/01, a chamada "Nova Indústria Brasil", plano elaborado para guiar o país até 2033. A principal novidade do plano é que o Executivo vai disponibilizar R\$ 300 bilhões para financiamentos destinados à nova política industrial. O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, avaliou que, com o crédito de R\$ 300 bilhões, "a questão do financiamento para pesquisa e inovação está bem equacionada".

Além dos R\$ 106 bilhões anunciados na primeira reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), em julho, outros R\$ 194 bilhões foram incorporados, "provenientes de diferentes fontes de recursos redirecionados para dar suporte ao financiamento das prioridades".

Os R\$ 300 bilhões disponíveis para financiamento serão geridos por BNDES, **Finep** e Embrapii e disponibilizados por meio de linhas específicas, não reembolsáveis ou reembolsáveis, e recursos por meio de mercado de capitais, em alinhamento aos objetivos e prioridades das missões para promover o que o governo vem chamando de "neointustrialização nacional".

A transformação digital ganha destaque tanto que entre os objetivos do plano industrial está transformar digitalmente 90% das empresas industriais brasileiras, já que, conforme o governo, apenas 23,5%

das empresas industriais são digitalizadas. Essa digitalização aconteceria até 2033.

### Força às compras públicas

Uma das maneiras de viabilizar o plano é a utilização do poder de compra do Estado para contratações públicas, como compras, obras públicas, compras da administração direta e de empresas estatais, para alavancar o desenvolvimento industrial em áreas estratégicas, como infraestrutura, energia limpa, saúde e defesa.

Nesses casos, sobressaem iniciativas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), coordenado pela Casa Civil, bem como as aquisições realizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e pelas Forças Armadas Brasileiras. No âmbito das compras públicas, o foco está em três instrumentos que o Estado pode utilizar para fomento do desenvolvimento, a saber, margens de preferência; compensações tecnológicas, industriais e comerciais (offsets); e encomendas tecnológicas.

### Nova Lei de Licitações

Há também a ajuda dos dispositivos da Nova Lei de Licitações, que estão em regulamentação. Dentre estes, destaca-se a regulamentação das margens de preferência normal e adicional, publicada juntamente à Nova Indústria Brasil e que permite admitir, em contratações da Administração Pública, a existência de diferencial de preços de até 10% entre produtos manufaturados e serviços nacionais e estrangeiros. Esse diferencial pode alcançar até 20% para os casos de bens ou serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e **inovação** tecnológica no País.

O Diálogo Competitivo, modalidade de licitação introduzida pela Nova Lei de Licitações, e que permite à Administração Pública dialogar com possíveis con-



Continuação: Compras públicas e nova lei de licitações têm papel central na Nova Indústria Brasil

tratantes previamente selecionados a fim de encontrar soluções para suas necessidades, também vai ser acionado para a contratação de **inovação** tecnológica ou técnica pelo setor público, uma vez que confere maior flexibilidade para contratos complexos, que não são atendidos com soluções pré-definidas.

## Inovação e patentes

Entre as iniciativas para fomento à inovação e à transformação digital, algumas já foram iniciadas como o Programa Mais Inovação (R\$ 66 bilhões), operado pelo BNDES e pela **Finep**, sendo R\$ 40 bilhões em crédito a condições de Taxa Referencial (TR) +2%. "Essa modalidade representa os menores juros já aplicados para financiamento à inovação no país", diz a comunicação do governo. Dentro do programa, R\$ 20 bilhões são de recursos não-reembolsáveis.

O plano industrial quer ainda disponibilizar Fundos Garantidores para Micro, Pequenas e Médias Empresas. O Fundo de Aval à Micro e Pequena Empresa

Fampe Inovacred deve operar de forma descentralizada, por meio de agentes financeiros, para apoiar empresas com faturamento de até R\$ 4,8 milhões em projetos de até R\$ 1,5 milhão. As operações poderão ter prazo de até 10 anos. A expectativa é de que 60 mil pequenos negócios sejam beneficiados.

As **patentes** também ganham atenção especial. O Plano de Ação 2023-2025 da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual, aprovado pela Resolução GIPI/MDIC nº 8, de 18/10/2023, estabelece como uma de suas metas que, em 2025, os pedidos de **patentes** sejam decididos em 3 anos contados da data do depósito. Entretanto, essa meta é intermediária, uma vez que o **INPI** tem previsão de ações complementares que permitirão a redução da meta para 2 anos até 2026, lembrando que o valor de referência é de 6,9 anos (dezembro de 2022).

\*Com informações da Assessoria do Palácio do Planalto

## O que prevê o plano Nova Indústria Brasil do governo federal



Crédito: Unsplash

O governo federal lançou nesta segunda-feira (22/1) as diretrizes para o novo programa de desenvolvimento nacional, chamado de Nova Indústria Brasil (NIB). A política industrial, apresentada pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckim, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, busca atrelar sustentabilidade e inovação e servir como orientação para investimentos até 2033. Veja a íntegra do texto do programa.

Em reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), no Palácio do Planalto, foram anunciados R\$ 300 bilhões em investimentos para financiamentos destinados à nova política industrial até 2026. São R\$ 106 bilhões que haviam sido anunciados em julho do ano passado e outros R\$ 194 bilhões, que foram incorporados de diferentes fontes de recursos para dar suporte ao programa.

O montante será administrado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), Financiadora de Estudos e Projetos (**Finep**) e Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e disponibilizado por meio de linhas específicas, não reembolsáveis (R\$ 21 bilhões) ou

reembolsáveis (R\$ 271 bilhões). Há ainda R\$ 8 bilhões em recursos por meio de mercado de capitais.

A política também tem objetivo de aprimorar o ambiente de negócios no Brasil. Entre as medidas estão o projeto de lei que reduz o prazo para **registro** de patentes, o Regime Especial da Indústria Química (Reiq) e a elevação do percentual de 27,5% para 30% do etanol a ser misturado na gasolina.

A expectativa do presidente Lula é chegar ao fim do mandato, em 2026, com algo concreto para apresentar. "O problema não termina aqui. Ele começa aqui. Temos agora três anos pela frente, para termos uma coisa concreta", disse o presidente.

O Nova Indústria Brasil é dividido em seis missões. São elas:

Cássio Casagrande  
Conrado Tristão

## MercadoLivre é reconhecida a melhor empresa no combate à pirataria



**Antipirataria** MercadoLivre é reconhecida a melhor empresa no combate à **pirataria** Prêmio do **Conselho** Nacional de Combate à Pirataria confirmou os esforços, investimento e transparência da empresa para a segurança dos usuários e proteção dos direitos de **propriedade** intelectual. Da Redação segunda-feira, 22 de janeiro de 2024 Atualizado às 09:13 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

Líder em tecnologia para o e-commerce e serviços financeiros da América Latina, o MercadoLivre teve o seu trabalho de combate a violações de **propriedade** intelectual e proteção de marca reconhecido pelo **Conselho** Nacional de Combate à Pirataria (CNCP), órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Na última quinta-feira, 18/1, em Brasília, a empresa recebeu o Prêmio Nacional de Combate à **Pirataria**, em cerimônia realizada durante a primeira reunião do Conselho em 2024. Desde 2021, o Mercado Livre é signatário do Guia **Antipirataria** da entidade, atuando há mais de duas décadas no combate à essa prática.

Integrantes do CNCP e do MercadoLivre na entrega do prêmio de combate à **pirataria** no Brasil (Imagem: Ministério da Justiça e Segurança Pública)

Ao lado de outras entidades também premiadas, o Mercado Livre foi a única empresa privada reconhecida no ciclo 2023 pela sua atuação, in-

vestimento e transparência no trabalho voltado à segurança da sua plataforma, de milhões de usuários e das marcas que integram o seu sortimento. O reconhecimento é inédito para a empresa e um passo importante no incentivo nacional à promoção da integridade e do desenvolvimento do e-commerce brasileiro. O destaque foi para o Brand Protection Program (BPP), seu programa que concentra inteligência artificial e tecnologia automatizada de combate à **falsificação** e **pirataria** na América Latina, além do trabalho da sua Aliança Antifalsificação (MACA) e acordos de colaboração público-privados.

"Aqui no Mercado Livre atuamos para preservar os usuários e os titulares de direitos de propriedade intelectual, combatendo anúncios e vendedores que desrespeitam os termos de uso da plataforma e a legislação. Realizamos diversos investimentos em tecnologia e segurança, como parte deste trabalho ativo e constante de combate à **pirataria**. A premiação reconhece essa jornada e o nosso compromisso com o tema, o que nos orgulha muito", diz Federico Deyá, diretor jurídico sênior do MercadoLivre na América Latina.

### Guia **Antipirataria**

Em agosto de 2021, o Mercado Livre aderiu ao Guia **Antipirataria** do CNCP, que reúne boas práticas e orientações do Ministério da Justiça e para iniciativas preventivas e enfrentamento de violações à propriedade intelectual. Além de formalizar publicamente o compromisso que a empresa já tem há mais de 20 anos com o tema, o guia ofereceu boas práticas e orientações para a implementação de medidas de combate à **pirataria**, a fim de inviabilizar receitas provenientes da venda de produtos e serviços que violem a propriedade intelectual. Na ocasião, a adesão foi um marco para a empresa e para o setor de e-commerce, dado o poder do impacto e interlocução que

Continuação: MercadoLivre é reconhecida a melhor empresa no combate à pirataria

tem com milhares de empresas, usuários e marcas no Brasil e região.

## Brand Protection Program

Além de oferecer às marcas uma série de ferramentas para denunciar anúncios de vendedores que violam direitos, o programa do Mercado Livre já reúne mais de 10 mil membros titulares de propriedade intelectual ou seus representantes, que utilizam gratuitamente a ferramenta para denunciar produtos suspeitos, permitindo a rápida e eficiente remoção de anúncios que infringem marcas registradas, **direitos** autorais, **patentes**, **desenhos** industriais e direitos conexos. Somente no primeiro semestre de 2023, o programa cadastrou mais de 63 mil novos direitos. Considerando o total de mais de 614 milhões de anúncios publicados ou modificados no mesmo período, apenas 0,11% foi denunciado por violação a direitos de propriedade intelectual pelos usuários do BPP, evidenciando a efetividade constante desse trabalho.

## Aliança Antifalsificação

Lançada pelo MercadoLivre ao final de 2021, a aliança introduziu uma nova abordagem na América Latina para esforços conjuntos público-privados, tanto com os proprietários de marcas quanto com as autoridades, para combater a comercialização online de produtos falsificados e pirateados. Uma iniciativa 100% colaborativa, ela concentra seus esforços em duas principais frentes: aprimorar a remoção proativa de anúncios infratores, com base em algoritmos semânticos e tecnologia de detecção de logotipos; e desenvolver uma colaboração mais próxima com as autoridades públicas e agências de aplicação da lei, buscando ações criminais contra infratores recorrentes que usam a plataforma para oferecer produtos falsificados ou pirateados.

Atualmente, reúne cerca de 20 marcas globais - como Adidas, Puma, Levi's, Under Armour, Microsoft, Casio, Tommy Hilfiger, Victoria's Secret, Crocs, Sony, Directv, Diageo, Apple, Tiffany & Co, Burberry e Lego - a fim de combater a comercialização de produtos falsificados e pirateados na plataforma do Mercado Livre nos 18 países onde opera. Desde o início, foram apresentadas 21 denúncias criminais - 10 delas no Brasil - contra usuários infratores em vários países, como Brasil, Argentina, Chile e Colômbia, envolvendo **falsificação** de roupas, vestuário esportivo, produtos eletrônicos, bebidas alcoólicas, perfumes e **pirataria** associada a serviços de streaming.

## Acordos de Colaboração

Associado às demais ações reconhecidas pelo CN-CP, o Mercado Livre trabalha regularmente com autoridades governamentais e o setor privado para tomar medidas rápidas de detecção e remoção de conteúdos irregulares, além da penalização do usuário anunciante. Atualmente, são 63 parcerias com organizações internacionais e autoridades locais, em toda a América Latina, resultando em seis novos acordos com autoridades e associações regionais somente em 2023.

## Relatório de Transparência

Desde 2021, e de forma inédita em toda a América Latina, o Mercado Livre divulga semestralmente o seu Relatório de Transparência, que presta contas ao mercado, sociedade e parceiros das empresas sobre seus investimentos, ações e resultados. O documento reúne os principais projetos para garantir a segurança dos seus serviços, ambientes digitais e dados dos usuários, além de destacar os resultados das ações para combater a **pirataria** e a **falsificação** em seu

Continuação: MercadoLivre é reconhecida a melhor empresa no combate à pirataria

marketplace.

Em sua sexta edição, o relatório mostrou que, entre janeiro e junho de 2023, apenas 0,74% dos mais de 614 milhões de anúncios criados ou modificados no período precisaram ser excluídos devido à violação das regras da plataforma. Desse total de anúncios moderados, aproximadamente 98% foram detectados pelas equipes interdisciplinares do Mercado Livre,

que utilizam tecnologias baseadas em inteligência artificial e machine learning para combater irregularidades. Hoje, esse conjunto de tecnologias é capaz de analisar, em menos de um segundo, mais de 5 mil variáveis, para detectar, pausar ou mesmo remover em tempo real anúncios que violem as regras.

## Índice remissivo de assuntos

**Propriedade Intelectual**  
3, 11

**Marco regulatório | INPI**  
3, 4, 8

**Patentes**  
3, 8, 10, 11

**Entidades**  
3, 8, 10

**Propriedade Industrial**  
4

**Direitos Autorais**  
6, 11

**Pirataria**  
6, 11

**Inovação**  
8

**Desenho Industrial**  
11